

A. I. N° - 206886.0014/22-3
AUTUADO - TAMA BRASIL IND. DE SOLUÇÕES EM EMBALAGENS AGRÍCOLAS LTDA.
AUTUANTE - JORGE JESUS DE ALMEIDA
ORIGEM - DAT NORTE / IFEP NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 05.01.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0246-05/23-VD**

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** MATERIAL DE USO/CONSUMO. Reduzido o montante lançado com base na informação fiscal prestada que acolheu integralmente as razões defensivas. Infração elidida em parte; **b)** ESTORNO DE DÉBITO INDEVIDO. Acolhidas as razões defensivas. Infração improcedente. 2. FALTA DO RECOLHIMENTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. DIFERENÇAS DE ALÍQUOTAS. MATERIAL DE USO/CONSUMO. Infração não contestada. 3. MULTA. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. Infração não contestada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/12/2022 (ciência em 04/01/2023, pelo DT-e), exige créditos tributários no valor histórico de R\$ 61.283,09, além de multa e dos acréscimos moratórios, em decorrência da seguinte infração:

Infração 01 - 001.002.002: Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento.

Consta, ainda, que “*Refere-se aos materiais relacionados nos Anexos I, II e III que embora sejam utilizados na produção industrial são considerados materiais de consumo*”.

Infração 02 - 001.002.049: Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, referente a estorno indevido de débito de diferença de alíquota em razão de devolução de material de uso e consumo.

Consta, ainda, que “*Refere-se ao estorno de débito do mês de novembro/2018 na apuração do ICMS referente à devolução de material de consumo sem ter efetuado o lançamento a débito no mesmo período*”.

Infração 03 – 006.002.001: Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias a outras Unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento.

Consta, ainda, que “*Refere-se à diferença entre os valores apurados e os valores lançados na EFD conforme demonstrados nos Anexos V e VI*”.

Infração 04 – 016.001.006: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal.

Consta, ainda, que “*Refere-se às notas fiscais especificadas nos anexos VII, IX e X que não constam nas EFDs*”.

O Sujeito Passivo apresenta impugnação às folhas 29/32, mediante a qual contesta o presente lançamento, deduzindo as razões a seguir.

Quanto à Infração 01, salienta que recebeu a visita, do auditor Sr. Jorge de Jesus de Almeida, à sua unidade fabril, no dia 27/01/2023, no momento em que teve a oportunidade de apresentar os

produtos listados abaixo, *in loco*, e comprovar a sua devida aplicação no processo produtivo, tendo, assim, sido comprovado que são, de fato, materiais de embalagem e não materiais de uso e consumo conforme analisados anteriormente.

1. Núcleo de PVC 2786/6/76
2. Etiqueta LH Sentido da máquina
3. Etiqueta do rolo 150/70 mm
4. Placa de proteção lateral 720x730x70 com 9 furos
5. Plástico bolha para proteção
6. Stretch Filme 25Mic 50 cm

Ainda relativamente à Infração 01, quanto à entrada do item abaixo, salienta que o crédito relativo ao mesmo foi estornado na apuração do próprio mês, conforme lançamento na EFD no valor de R\$ 2.168,85, referente às notas fiscais nº 3682 e 3708.

Dta	NumC	Descrição	Quant	Un	CFI-T	VItem	VIDI	VILqtel	VUn	VIBelcm	diql	Vilcm	M	AL
19/01/2018	3682	CALENDAR	20	UN	3556	545.22		545.22	27.26	1,063.83	18	191.49	1	2018

Em relação ao item Núcleo de PVC 2786/6/76, que recebeu através de amostra grátis, assegura que os valores do crédito foram estornados na apuração do ICMS, nos respectivos meses. Explica que o crédito R\$ 267,71, referente à entrada através da NF 5370, recebida no dia 06/02/2019, trata-se de um retorno de material enviado para brinde, através da NF 5270, emitida no dia 11/01/2019. Já o crédito de R\$ 70,63, referente à entrada através da NF 8152, de devolução, recebida no dia 13/05/2020, refere-se à venda realizada através da NF 7422, emitida no dia 23/12/2019.

Diante do exposto, conclui que a infração 01, no total de R\$ 43.353,82, foi constatado que:

- 1) Os créditos, no valor de R\$ 42.421,32, referem-se a compra de material de embalagem, sendo comprovada a aplicação da mesma *in loco* em momento da visita do auditor Sr. Jorge de Jesus de Almeida.
- 2) O crédito tomado, no valor de R\$ 338,34, refere-se a retorno de mercadoria remetida em doação e devolução de venda respectivamente, sendo o crédito devido.
- 3) O valor de R\$ 365,70, referentes a recebimentos de importação de amostra grátis, os valores foram estornados na apuração devido a não direito creditório.

Sendo assim, solicita a revisão do lançamento neste ponto.

Quanto à Infração 02, explica que se refere ao estorno de débito do mês de novembro/2018, na apuração do ICMS, referente à devolução de material de consumo, sem ter efetuado o lançamento a débito no mesmo período. Acosta quadro abaixo.

Esp	Dta	NumDoc	ESTORNO DE DÉBITO	CNPJ	Vilcm	Mes	Ano
NF	30/11/2018	9542	ESTORNO DE DÉBITO EFETUADO	NÃO COMPROVOU O LANÇAMENTO A DÉBITO NA ESCRITA FISCAL	1,265.55	11	2018
TOTAL					1,265.55		

Explica que o estorno realizado se refere à devolução de compra de material de uso e consumo, realizada através da NF 5142, emitida no dia 23/11/2018, chave NF-e 9181116731141000114550010000051421201811238. Informa que esta devolução é referente à compra realizada através da NF-e 20889, do fornecedor ROLIMEC ROLAMENTOS LTDA. Chave de acesso: 29181001612046000558550010000208897111031107, escriturada no dia 08/11/2018.

Ajuste/Benefício/Incentivo (E111)

Pesquisar

Código ajuste da apuração/dedução
30010 - ESTORNO DE DÉBITOS - DEVOLUÇÃO - ENTRADA SE...

Descrição complementar

DEVOLUÇÃO COMP MAT CONSUMO NF 5142 ROLIMEC ROLAM

Valor do ajuste da apuração

R:

Nestes termos, solicita a revisão do lançamento.

Às folhas 59/63, o autuante presta informação fiscal, oportunidade em que tece as seguintes considerações.

Informa que, após a verificação “in loco” dos materiais relacionados pelo Contribuinte e avaliada a sua função no processo industrial, constatou que se trata, realmente, de materiais de embalagem. Neste caso, admite que procede a contestação apresentada.

Deste modo, explica que os Anexos I e II foram refeitos, cujo valor da Infração I foi reduzido de R\$ 43.353,82 para R\$ 436,62.

No que se refere à Infração 02, informa que a Impugnante comprovou a efetiva devolução, através da NF 5142, de 23/11/2018 e, portanto, o lançamento do estorno do débito no campo de “outros créditos”, que é devido para que fosse anulado o débito lançado com a emissão da nota fiscal de devolução.

Diante do exposto, informa que o valor histórico do Auto de Infração fica reduzido de R\$ 61.283,09 para R\$ 17.100,34, composto das seguintes infrações.

Infração 01	436,62
Infração 02.....	0,00
Infração 03.....	5.634,17
Infração 04.....	11.029,55
Total.....	17.100,34

Diante da alteração do valor do débito reclamado, informa que novo Demonstrativo de Débito foi elaborado e acostado à presente Informação Fiscal.

Esse é o relatório.

VOTO

Considerando que não foram aduzidas questões preliminares, adentro diretamente ao mérito da autuação, conforme segue.

Quanto à Infração 01, a conduta infratora foi descrita como “*Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento*”. Trata-se de itens que, embora sejam utilizados na produção industrial, a fiscalização considerou como sendo materiais de consumo, tais como:

1. Núcleo de PVC 2786/6/76
2. Etiqueta LH Sentido da máquina
3. Etiqueta do rolo 150/70 mm
4. Placa de proteção lateral 720x730x70 com 9 furos
5. Plástico bolha para proteção
6. Stretch Filme 25Mic 50 cm

O Sujeito Passivo se opôs ao lançamento, alegando que se trata de materiais de embalagem. Alega, ainda, que, relativamente à NF 3682, o crédito correspondente foi estornado na apuração do próprio mês, conforme lançamento na EFD no valor de R\$ 2.168,85, referente às notas fiscais nº 3682 e 3708. Alega, por fim, que fez o devido estorno do crédito, no valor de R\$ 365,70, referentes a recebimentos de importação de amostra grátis.

Em sua informação fiscal, o Autuante acolheu as alegações defensivas, o que reduziu o valor lançado, neste ponto, de R\$ 43.353,82 para R\$ 436,62.

Como se trata de questão eminentemente fática, acolho o opinativo da autoridade fiscal e julgo a Infração 01 procedente em parte, no montante de R\$ 436,62, conforme demonstrativo abaixo.

MÊS	ICMS
jan/18	R\$ 72,00
fev/18	R\$ -
mar/18	R\$ -
abr/18	R\$ -
mai/18	R\$ -
jun/18	R\$ -
jul/18	R\$ -
ago/18	R\$ 65,69
out/18	R\$ 18,69
nov/18	R\$ 12,53
dez/18	R\$ -
fev/19	R\$ 217,60
mar/19	R\$ -
abr/19	R\$ -
mai/19	R\$ -
jun/19	R\$ -
jul/19	R\$ -
ago/19	R\$ -
set/19	R\$ -
out/19	R\$ -
nov/19	R\$ -
dez/19	R\$ 50,11
jan/20	R\$ -
TOTAL	R\$ 436,62

Quanto à Infração 02, a conduta infratora foi descrita como “*Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, referente a estorno indevido de débito de diferença de alíquota em razão de devolução de material de uso e consumo*”. Trata-se de estorno de débito, realizado no mês de novembro/2018, relativo a devolução de material de consumo, sem que o contribuinte tivesse efetuado o correspondente lançamento a débito no mesmo período, conforme explica a peça inaugural do lançamento.

O Sujeito Passivo se opôs ao lançamento, alegando que o estorno realizado se refere à devolução de compra de material de uso e consumo, realizada através da NF 5142, emitida no dia 23/11/2018. Explica que esta devolução é referente à compra realizada através da NF-e 20889, do fornecedor ROLIMEC ROLAMENTOS LTDA, escriturada no dia 08/11/2018.

Em sua informação fiscal, o Autuante informa que a Impugnante comprovou a efetiva devolução, através da NF 5142, de 23/11/2018 e, consequentemente, o lançamento do estorno do débito no campo de “outros créditos”, que é exigido para que fosse anulado o débito lançado com a emissão da nota fiscal de devolução. Opina pela improcedência desta infração.

Assim, constatado que o Sujeito passivo promoveu o estorno do crédito indevidamente apropriado, entendo que a Infração 02 é improcedente.

Quanto às infrações 03 e 04, o Sujeito Passivo nada aduziu, em face do que restam mantidas, na integralidade.

Do exposto, julgo o auto de infração PROCEDENTE EM PARTE, em conformidade com o demonstrativo abaixo.

INFRAÇÕES	ICMS	MULTA FIXA	MULTA %
1	R\$ 436,62	R\$ -	60%
2	R\$ -	R\$ -	60%
3	R\$ 5.634,17	R\$ -	60%
4	R\$ -	R\$ 11.029,55	-
TOTAL	R\$ 6.070,79	R\$ 11.029,55	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **206886.0014/22-3**, lavrado contra **TAMA BRASIL INDÚSTRIA DE SOLUÇÕES EM EMBALAGENS AGRÍCOLAS LTDA.**, devendo ser intimado o Sujeito Passivo a efetuar o pagamento do imposto no montante de **R\$ 6.070,79**, acrescido das multas de 60%, previstas no art. 42, incisos II, alínea “f” e VII, alínea “a”, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa fixa no valor de **R\$ 11.029,55**, prevista no inciso IX do dispositivo acima citado, e dos acréscimos moratórios estabelecidos na Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 14 de dezembro de 2023.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR